



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV**

CONCURSO PÚBLICO

2. PROVA OBJETIVA

ANALISTA EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 50 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ PREENCHA, COM SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO, OS ESPAÇOS RESERVADOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO TERMINAR A PROVA, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Número de inscrição _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto de Ruy Castro para responder às questões de números 01 a 09.

Vírus e espíões

RIO DE JANEIRO – Um cidadão comum, inocente nas manhas da internet, pode ver-se em tantos perigos na rede quanto Chapeuzinho Vermelho na floresta. O mundo está cheio de parentes eletrônicos do Lobo Mau – gente cruel, que se diverte nos induzindo a abrir os anexos e links que disparam para ter nosso computador invadido por seus vírus e espíões.

E como fazem isso? Enviando uma mensagem do “nosso interesse”. É o banco fulano que precisa “atualizar” nosso acesso ao seu sistema de identificação, ou o banco beltrano que, como se fundiu com o sicrano, precisa “reconfigurar” nosso cadastro. Para isso, diz o texto, basta clicar abaixo e, depois, em “salvar” e “executar”. Quando você acorda e se dá conta de que não é cliente daqueles bancos, é tarde – seus dados bancários já foram.

Outra armadilha é a do “Ministério Público da Justiça”, que, no desempenho de suas atribuições etc., com fundamento nos artigos tais, inciso xis da Lei Complementar de 30 de fevereiro de 1993, intima Vossa Senhoria – você, o otário – a comparecer à Procuradoria do Trabalho para participar de audiência relativa ao “procedimento investigatório em epígrafe”. Para saber mais, “clique no link”. Faça isto – e você verá o inciso que o espera.

Mas as campeãs de audiência são as mensagens que começam com “Oiêêê, quanto tempo... Já se esqueceu de tudo? Olha o que eu fiz com as nossas fotos. Não deixe ninguém ver, hein?” e o convidam a clicar para ver as “fotos”. Você não se lembra de foto nenhuma, mas sabe-se lá?

O que nos salva e nos impede de abrir essas tentações é o português de quinta com que as mensagens são escritas. Elas são criativas, mas escritas por semi-analfabetos, gente ruim de pronomes e vírgula.

(Folha de S.Paulo, 10.12.2008)

01. De acordo com o texto, os parentes eletrônicos do Lobo Mau

- (A) eventualmente podem obter informações sigilosas do cidadão comum, como os dados bancários, mas não têm como utilizá-los.
- (B) induzem o cidadão comum a abrir anexos e links, para que ele se garanta contra a invasão de vírus e espíões em seu computador.
- (C) não representam para o cidadão comum o mesmo perigo que o animal tinha para Chapeuzinho, uma vez que a internet é segura.
- (D) mostram-se inofensivos ao cidadão comum, uma vez que este já sabe dos perigos da internet e acaba se precavendo contra eles.
- (E) intencionam prejudicar o cidadão comum, enviando vírus e espíões que roubam deste, por exemplo, os dados bancários.

02. Um internauta acaba vítima dos perigos da rede quando

- (A) se submete aos procedimentos sugeridos pelos programas virtuais desonestos.
- (B) subverte as intenções dos programas que invadem seu computador.
- (C) salva os programas enviados pelos bancos de que é cliente.
- (D) elimina de seu computador programas contaminados por vírus.
- (E) não executa os programas e se dirige pessoalmente aos órgãos públicos.

03. No terceiro parágrafo do texto, com a frase – *Faça isto – e você verá o inciso que o espera.* – o autor

- (A) satiriza aqueles golpistas que se dão mal por não conseguirem enganar as pessoas.
- (B) deixa evidente que poucas pessoas se deixam levar pelas armadilhas da internet.
- (C) sugere que as pessoas sabem lidar com as informações obtidas na internet.
- (D) refere-se à situação daqueles que se deixam enganar pelas armadilhas da internet.
- (E) mostra-se favorável à forma artilosa como se aplicam os golpes na rede.

04. O trecho inicial – *Um cidadão comum, inocente nas manhas da internet, ...* – contém

- I. um substantivo – *cidadão* – que se flexiona no plural da mesma forma que o substantivo *mamão*;
- II. um adjetivo variável em gênero – *comum*;
- III. um adjetivo variável em número – *inocente*.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

Observe o trecho a seguir para responder às questões de números 05 e 06:

Quando você acorda e se dá conta de que não é cliente daqueles bancos, é tarde – seus dados bancários já foram.

05. Eliminando-se o travessão antes da última oração, em conformidade com os sentidos do texto, o trecho deve assumir a seguinte redação:

- (A) ... é tarde, no entanto seus dados bancários já foram.
- (B) ... é tarde, pois seus dados bancários já foram.
- (C) ... é tarde, ou seus dados bancários já foram.
- (D) ... é tarde, mas também seus dados bancários já foram.
- (E) ... é tarde, se seus dados bancários já foram.

06. Na oração – *Quando você acorda...* – o verbo está empregado em sentido

- (A) figurado e significa *tomar consciência*.
- (B) próprio e significa *sair do sono profundo*.
- (C) figurado e significa *ficar irritado*.
- (D) próprio e significa *perder o controle da situação*.
- (E) figurado e significa *não ver a realidade*.

07. Assinale a alternativa correta quanto à concordância e à regência.

- (A) O banco beltrano e o banco sicrano fundiram-se e avisam-se aos correntistas que precisam reconfigurar seu cadastro.
- (B) Fundiu-se o banco beltrano e o banco sicrano e avisam os correntistas que precisam reconfigurar os cadastros.
- (C) O banco beltrano e o banco sicrano fundiram-se e avisam aos correntistas que precisam reconfigurar seu cadastro.
- (D) O banco beltrano e o banco sicrano fundiram e avisam-se aos correntistas de que precisam reconfigurar seu cadastro.
- (E) O banco beltrano e o banco sicrano fundiu-se e avisa-se os correntistas que precisam reconfigurar seu cadastro.

08. Considerando os sentidos do texto, analise as afirmações.

- I. As informações do texto ratificam a idéia de que clicar num link desconhecido significa tornar o computador vulnerável à invasão de vírus e espões.
- II. Na expressão – ... “procedimento investigatório em *epígrafe*”. – o termo em destaque significa *título do procedimento*.
- III. Na oração – ... *como se fundiu com o sicrano* ... – substituindo-se o verbo por *separar-se*, haverá alteração de regência.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

09. Na internet, é comum que as pessoas sejam instigadas _____ fornecer seus dados. Por exemplo, para continuar tendo acesso _____ serviços do banco do qual são clientes. Ou então, para atender _____ solicitação do “Ministério Público da Justiça”.

Os espaços da frase devem ser preenchidos, respectivamente, com

- (A) a ... à ... à
- (B) a ... a ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... a ... a
- (E) a ... à ... a

10. Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal.

- (A) Se enviam mensagens falsas pela internet com frequência.
- (B) Algumas pessoas jamais deixam-se enganar pelas mensagens da internet.
- (C) Quando fundem-se bancos, mensagens com vírus entram na rede.
- (D) Os parentes eletrônicos do Lobo Mau divertem-se com maldades.
- (E) Pelas mensagens, atualizariam-se facilmente os dados dos clientes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL

11. Os processos e a forma de dominação e legitimidade, que ocorrem mediante mando e subordinação, estão inseridos na discussão de teoria conhecida por
- (A) sócio-técnica.
 - (B) contingencial.
 - (C) adhocracia.
 - (D) burocracia.
 - (E) meritocracia.
12. A qualidade total aplicada ao setor de serviços está relacionada com o fornecimento do produto “serviço” com qualidade superior aos clientes, proprietários e
- (A) concorrentes.
 - (B) funcionários.
 - (C) fornecedores.
 - (D) terceiros.
 - (E) governo.
13. Para evitar surpresas, na implantação de um planejamento estratégico, os seguintes pontos devem ser checados: consistência interna, consistência externa, riscos envolvidos e
- (A) horizonte de tempo.
 - (B) enfoque decisório.
 - (C) orçamento de despesas.
 - (D) contabilidade gerencial.
 - (E) plano operacional.
14. A estrutura organizacional pode apresentar características organizacionais que tendem à centralização ou à descentralização. As organizações se ajustam a uma ou a outra. Os dirigentes recentemente empossados numa organização, a partir do direito de tomar decisões, precisam estabelecer o formato estrutural de acordo com a relação entre tamanho, tecnologia e
- (A) tipos de pessoas contratadas.
 - (B) fatores ambientais.
 - (C) comunicação vertical.
 - (D) comunicação horizontal.
 - (E) formas de transação.

15. Novas ferramentas desenvolveram formas mais ágeis, flexíveis e seguras para realizar as atividades governamentais. A aquisição de produtos, bens e serviços passou a poder ser efetivada via
- (A) processo de transações *off-line*.
 - (B) processo analítico *off-line*.
 - (C) pregão eletrônico.
 - (D) pregão presencial.
 - (E) serviço de compras controlável.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Assinale a alternativa que contém duas características do regime jurídico da autarquia.
- (A) Bens submetidos ao regime de direito privado; patrimônio formado com a transferência de bens móveis e imóveis da entidade-matriz.
 - (B) Exigência, em regra, de licitação nas contratações ou alienações; submissão ao controle administrativo do ente político que a criou.
 - (C) Receitas e orçamento que se confundem com os da Administração Direta; execução de serviços distintos daqueles executados pelo Estado.
 - (D) Criada e organizada por decreto; seus contratos se submetem ao regime de direito privado.
 - (E) Detém imunidade tributária; não possui os mesmos privilégios processuais que possui a Fazenda Pública.
17. Nos termos da lei, as Organizações Sociais, entidades do terceiro setor, devem possuir como requisito necessário para habilitar-se a essa qualificação
- (A) obrigatoriedade de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido.
 - (B) obrigatoriedade de publicação semestral, no Diário Oficial do Estado, dos relatórios financeiros.
 - (C) finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades.
 - (D) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de direção superior, um conselho consultivo e uma diretoria administrativa.
 - (E) proibição expressa de participação, no órgão colegiado superior, de representantes do Poder Público.

18. São elementos ou requisitos do ato administrativo:

- (A) eficácia e imperatividade.
- (B) finalidade e exigibilidade.
- (C) objeto e auto-executoriedade.
- (D) forma e efetividade.
- (E) competência e motivo.

19. Assinale a alternativa correta a respeito da revogação e da anulação do ato administrativo.

- (A) A revogação é ato da Administração ou do Poder Judiciário que retira da ordem jurídica atos administrativos válidos, mas que se revelaram *a posteriori* inconvenientes e inoportunos.
- (B) A revogação do ato administrativo inválido, fundada no interesse público, opera efeitos *ex tunc*.
- (C) Os atos vinculados também estão sujeitos à revogação.
- (D) A anulação, diferentemente da revogação, opera efeitos retroativamente e decorre da circunstância de que o ato inválido não gera direitos.
- (E) Para obter a anulação de um ato, a Administração deve recorrer ao Poder Judiciário, não podendo fazê-lo diretamente.

LICITAÇÕES

20. Assinale a alternativa que contém procedimento em consonância com a legislação federal sobre a fase externa do pregão.

- (A) Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de melhor técnica, observados os prazos mínimos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros máximos de desempenho e qualidade definidos no edital.
- (B) Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- (C) Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, sendo expressamente vedado aos demais licitantes o acesso aos dados nele constantes.
- (D) Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação das razões do recurso.
- (E) O acolhimento de recurso importará a invalidação de todos os atos do certame, a menos que a administração, após ouvir todas as partes interessadas, entenda que não houve prejuízo à licitude do pregão.

21. A respeito da alienação de bens móveis da Administração Pública, não é uma hipótese prevista em lei de dispensa da licitação:

- (A) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública.
- (B) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.
- (C) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades.
- (D) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação.
- (E) venda de mobiliário e equipamentos considerados obsoletos pelo Administrador, condição esta expressamente confirmada por comissão constituída para essa finalidade.

22. Pela lei de licitações, as compras, sempre que possível,
- (A) deverão submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.
 - (B) deverão atender ao princípio da individualização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e econômicas, observadas, quando o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.
 - (C) não deverão ser subdivididas em parcelas, para garantir o valor global do preço da licitação.
 - (D) não poderão ser processadas por meio do sistema de registro de preço.
 - (E) não deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

**CONCESSÃO, REVISÃO E PAGAMENTO
DE APOSENTADORIAS E PENSÕES**

23. Para o servidor público civil que ingressou na carreira no ano de 2008, a Constituição Federal prevê, como regra geral, a aposentadoria:

- I. por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;
- II. compulsoriamente, aos setenta anos de idade, se homem, e aos sessenta e cinco anos de idade, se mulher;
- III. voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:
 - a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;
 - b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Considerando as três hipóteses de aposentadoria supramencionadas, está correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

24. Atualmente, tanto o regime geral de previdência social quanto o regime próprio de previdência dos servidores do Estado de São Paulo conferem ao dependente do segurado a seguinte prestação:

- (A) auxílio-acidente.
- (B) auxílio-reclusão.
- (C) auxílio-doença.
- (D) salário-família.
- (E) auxílio-funeral.

25. O crime de concussão é caracterizado pelo fato típico de

- (A) solicitar ou receber para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- (B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (C) dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- (D) modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação da autoridade competente.
- (E) exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

26. Supondo que Asnésio possua uma linhagem familiar completa, é correto afirmar que, na linha colateral, são seus parentes naturais de quarto grau

- (A) seu avô e seu neto.
- (B) seu tio e seu sobrinho.
- (C) seu tio-avô e seu primo.
- (D) seu tataravô e seu tataraneto.
- (E) seu primo e seu tio.

27. De acordo com a Lei Estadual n.º 10.177, de 30.12.98, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, assinale a alternativa correta.

- (A) Sempre que a Administração identificar a invalidade de algum ato administrativo seu deverá buscar a sua anulação pela via judicial.
- (B) O órgão ou entidade da Administração estadual que necessitar de informações de outro, para instrução de processo administrativo, poderá requisitá-las diretamente, sem observância da vinculação hierárquica, mediante ofício, do qual uma cópia será juntada aos autos.
- (C) Os atos administrativos poderão criar condicionamentos aos direitos dos particulares ou impor-lhes deveres de qualquer espécie, além de prever infrações e prescrever sanções.
- (D) Os atos de mero expediente e os preparatórios de decisões são passíveis de recurso dirigido à autoridade hierarquicamente superior.
- (E) Os órgãos colegiados não podem delegar suas funções e tampouco a execução material de suas deliberações.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

28. Analise as afirmações sobre ações tipicamente previstas na manutenção preventiva de microcomputadores:

- I. uma das ações é a remoção da poeira acumulada, podendo requerer a lavagem da placa com *Thinner*;
- II. a troca da pasta térmica do processador pode ser necessária, uma vez que ela possui prazo de validade;
- III. a verificação de erros no disco e a sua desfragmentação são procedimentos que devem ser realizados periodicamente.

Sobre as afirmações, pode-se dizer que está correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

29. Para a administração remota de um servidor com o sistema operacional da família Windows Server 2003,

- (A) é necessário instalar o *Terminal Server* nesse servidor.
- (B) pode-se usar a Área de Trabalho Remota.
- (C) tem-se como recurso a Área de Trabalho Virtual, que deve ser habilitada para tal fim.
- (D) deve-se utilizar necessariamente o modo de segurança do Windows.
- (E) deve-se necessariamente instalar um *Service Pack* desenvolvido especialmente para essa finalidade.

30. Uma infra-estrutura de rede local de computadores deve contemplar diversos equipamentos e recursos, especialmente aqueles responsáveis pela segurança. Nesse contexto, o conteúdo de páginas *Web* acessadas pode ser verificado pelo _____ e a verificação de intrusão pode ser realizada pelo _____ .

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) Antivírus ... *Proxy*
- (B) *Spyware* ... *Firewall*
- (C) *Proxy* ... *Firewall*
- (D) *Firewall* ... Antivírus
- (E) *Firewall* ... *Proxy*

31. Uma VLAN (*Virtual LAN*) possibilita estabelecer agrupamento de equipamentos em uma rede local de computadores. Para isso, são aplicados critérios baseados

- (A) em regras de roteamento.
- (B) na máscara de sub-rede.
- (C) na porta TCP.
- (D) no endereço IP.
- (E) no endereço MAC.

32. Para incorporar a segurança da informação nas mensagens que trafegam pela rede de computadores, pode-se utilizar o recurso de criptografia. Considerando o modelo TCP/IP, o recurso de criptografia pode ser introduzido na camada de
- (A) Aplicação.
 - (B) Enlace.
 - (C) Rede.
 - (D) Sessão.
 - (E) Transporte.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

33. De acordo com os princípios gerais que regem o Sistema Tributário Nacional, é correto afirmar que
- (A) as taxas poderão adotar base de cálculo própria de impostos, quando instituídas em razão do exercício regular do poder de polícia.
 - (B) cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - (C) as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.
 - (D) os Municípios e o Distrito Federal não poderão, em qualquer hipótese, instituir contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.
 - (E) os Estados instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, do regime previdenciário próprio, cuja alíquota será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
34. Acerca das limitações do poder de tributar, é correto afirmar que
- (A) o princípio da isonomia tributária não guarda qualquer relação com o da capacidade contributiva.
 - (B) é regra a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
 - (C) é vedada a cobrança de impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
 - (D) é permitido à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional.
 - (E) os Estados poderão estabelecer diferença tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino.

35. Assinale a alternativa correta no que diz respeito às normas gerais sobre finanças públicas.
- (A) A competência da União para emitir moeda e outros papéis oficiais será exercida pela Casa da Moeda.
 - (B) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
 - (C) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central ou em outras instituições financeiras oficiais, conforme dispuser a lei.
 - (D) A emissão e o resgate de títulos da dívida pública serão regulados por decreto legislativo.
 - (E) Cabe à lei ordinária dispor sobre as operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
36. De acordo com disposição expressa na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que
- (A) a destinação de recursos públicos para o setor privado é vedada em qualquer caso.
 - (B) mediante autorização por decreto do Poder Executivo, os recursos públicos poderão ser destinados para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas.
 - (C) ao Banco Central do Brasil é vedado conceder às instituições financeiras operações de redesconto e de empréstimos com prazo inferior a 360 dias.
 - (D) na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa jurídica que não esteja sob seu controle, direto ou indireto, os encargos poderão ser inferiores aos custos de captação.
 - (E) poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, de acordo com lei específica, mediante a concessão de financiamentos para mudança de controle acionário.
37. O controle externo da execução orçamentária cabe ao Poder
- (A) Legislativo.
 - (B) Executivo.
 - (C) Judiciário.
 - (D) Legislativo e Judiciário.
 - (E) Legislativo e Executivo.

RECURSOS HUMANOS

38. O imposto de renda na fonte sobre o trabalho assalariado é a contribuição aos cofres públicos sobre salários e rendimentos que ficaram acima de R\$ 15.764,28 anuais. O valor foi corrigido em
- (A) 4,5% para essa declaração em relação ao ano-calendário anterior. A porcentagem foi fixada por lei e será utilizada até o ano-calendário de 2010.
 - (B) 6,5% e entrará em vigor, por determinação do Governo Federal, a partir do ano de 2010.
 - (C) 2,5% para o exercício de 2010, considerando essa faixa de renda anual, salvo benefícios.
 - (D) 7,5% e incidirá sobre férias e décimo terceiro salário, a partir do ano de 2009.
 - (E) 2,5% para declarações que não alcançaram essa faixa de renda. A correção foi fixada para o ano de 2009.
39. Entre as modalidades de benefícios concedidos para o trabalhador, está o benefício compulsório. Essa modalidade de benefício é
- (A) oferecida aos empregados a partir das políticas internas da organização.
 - (B) definida com o propósito de diminuir o *turnover* e acidentes de trabalho.
 - (C) instituída pelas exigências da lei ou normas legais, como acordos ou convenções coletivas.
 - (D) um modelo que retém talentos e torna a remuneração mais atraente e competitiva.
 - (E) uma forma de ampliar a excelência no atendimento do cliente externo e da qualidade do trabalho.
40. Na gestão dos Recursos Humanos, a avaliação de desempenho é um processo necessário para o desenvolvimento profissional. É possível que o avaliador cometa erros e, entre eles, o mais conhecido é o efeito de halo que consiste em
- (A) considerar que as condições adversas, como ruídos, não interferem no desempenho.
 - (B) generalizar o desempenho do funcionário a partir de um aspecto forte que ele apresente.
 - (C) identificar, por entrevista, as competências solicitadas para a execução de um trabalho repetitivo.
 - (D) analisar a estrutura do cargo a partir da taxonomia, como esquema de classificação.
 - (E) identificar o nível de motivação subjetiva de cada funcionário em seu grupo de trabalho.
41. A confiança desempenha um novo papel na aplicação do marco conceitual do capital social, na gestão organizacional, por minimizar os atritos no âmbito da organização e criar
- (A) uma estrutura que concede ao líder a centralização do poder.
 - (B) regras de desempenho centradas em departamentos.
 - (C) competição entre os diferentes setores da organização.
 - (D) um sistema hierárquico bem definido na estrutura organizacional.
 - (E) um sentido de interdependência entre líderes e liderados.
42. O Sistema de Administração de Pessoal do Estado de São Paulo tem por objetivo considerar adequadamente a eficiência dos recursos humanos, respondendo às necessidades de planejamento, coordenação, execução e controle das atividades de administração de pessoal, em função do planejamento e da ação governamentais. O capítulo que determina a Amplitude de Vencimentos define que a cada classe corresponderá determinada amplitude de vencimentos. Constitui a amplitude de vencimentos da classe o número de
- (A) horas trabalhadas, considerando o grau de motivação exibido pelo funcionário.
 - (B) abonos requeridos pelo funcionário ao longo dos anos trabalhados.
 - (C) avaliações executadas pela chefia imediata em relação ao desempenho do funcionário.
 - (D) referências em que o cargo ou a função-atividade poderá evoluir.
 - (E) anos de serviço prestado, somados ao grau de assiduidade.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

43. De acordo com a Constituição do Estado de São Paulo, o subsídio mensal dos membros do Ministério Público, percebido cumulativamente ou não, incluindo vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderá exceder o valor do subsídio mensal
- (A) do Governador do Estado.
 - (B) dos Deputados Estaduais.
 - (C) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.
 - (E) dos Deputados Federais.
44. A São Paulo Previdência – SPPREV – tem por finalidade administrar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos (RPPS) e o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo (RPPM). Dentre as suas atribuições legais, compete-lhe
- (A) aplicar, sempre que possível, parte de seus recursos em títulos da dívida pública do Estado de São Paulo.
 - (B) atuar nas demais áreas da seguridade, garantindo aos Servidores Públicos e Militares contribuintes serviços de saúde e assistência social.
 - (C) conceder empréstimos aos servidores e militares contribuintes, para pagamento mediante débito consignado em folha de pagamento.
 - (D) celebrar convênio com municípios com o objetivo de pagamento de benefícios aos seus servidores.
 - (E) arrecadar e cobrar os recursos e contribuições necessários ao custeio dos regimes.
45. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviço público a pedido ou *ex officio* é denominado
- (A) reversão.
 - (B) reintegração.
 - (C) acesso.
 - (D) aproveitamento.
 - (E) readmissão.

46. Assinale a alternativa correta.

- (A) A contribuição social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do governo de São Paulo, para manutenção do regime próprio de previdência social do Estado, será de 11% (onze por cento), limitado ao teto do salário de contribuição previsto no regime geral de previdência social.
- (B) O valor inicial da pensão por morte devida aos dependentes do servidor falecido será igual à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se deu o óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% da parcela que exceder esse limite.
- (C) Os aposentados e pensionistas do Estado, inclusive os de suas Autarquias e Fundações, do Poder Judiciário, Poder Legislativo, Universidades, Tribunais de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícia Militar, contribuirão com 11%, incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e pensões, até o teto do salário de contribuição previsto para o regime geral de previdência social.
- (D) Para fins de recebimento de pensão, o enteado e o menor tutelado equiparam-se ao filho, razão pela qual se dispensa a comprovação de que viviam sob a dependência econômica do servidor.
- (E) A pensionista somente perderá a condição de beneficiária pelo casamento civil, mas não a perderá se constituir união estável.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

47. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 04.05.2000), para os fins do disposto no *caput* do artigo 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal da União, dos Estados e dos Municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder, respectivamente, os percentuais da receita corrente líquida a seguir discriminados:
- (A) 70%, 60% e 50%.
 - (B) 60%, 60% e 50%.
 - (C) 50%, 60% e 60%.
 - (D) 50%, 50% e 60%.
 - (E) 50%, 40% e 40%.

48. No que diz respeito à compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no caso de contagem recíproca de tempo de contribuição, assinale a alternativa correta.
- (A) Regime previdenciário instituidor é aquele responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
 - (B) Há compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, no caso de contagem recíproca de contribuição, mas não há tal compensação somente entre os regimes próprios de previdência social.
 - (C) O regime geral de previdência social, como regime de origem, tem direito de receber de cada regime próprio de previdência de servidor público compensação financeira.
 - (D) O regime geral de previdência social sempre será considerado o regime instituidor enquanto o regime próprio de previdência dos servidores públicos sempre será considerado o regime de origem.
 - (E) Na hipótese de o regime previdenciário próprio dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios possuir personalidade jurídica própria, os respectivos entes federados se eximem de qualquer obrigação decorrente da lei que disciplina a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência social, no caso de contagem recíproca de tempo de contribuição.
49. Os exercentes de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculados a regime próprio de previdência social, são segurados obrigatórios do regime geral de previdência social na condição de
- (A) segurados especiais.
 - (B) contribuintes individuais.
 - (C) trabalhadores avulsos.
 - (D) empregados.
 - (E) empregados excepcionais.
50. Analise as assertivas, considerando as regras gerais para a organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- I. O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem.
 - II. A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
 - III. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.
- Está correto o contido em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.

